



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Jornal Sintep-MT - Edição - Março de 2017

Educação em Alerta

VITÓRIA DO MOVIMENTO!



Profissionais da Educação
não aceitam o desrespeito do
Governo Taques

pág 03

Reforma Trabalhista
Fim da carteira assinada e
efetivação do "bico"

pág 06

Confira: Com quantos
anos você irá se aposentar?

pág 07



COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS

Não podemos ser ingênuos porque fato as reformas apresentadas pelo governo Temer integram um conjunto de mudanças que atendem aos interesses do mercado financeiro internacional, com viés no fortalecimento dos grandes empresários e da mercantilização da Educação, da Saúde e da Previdência. Medidas que atendem a um projeto político de ataque a classe trabalhadora e que colocará a todos e todas na condição de semiescravidão

O governo federal tenta construir no país condições para que os bancos mundiais e grande empresários possam lucrar com a exploração dos recursos do povo brasileiro, se valendo de benefícios individuais. Medidas como a famigerada emenda constitucional 95, ex PEC 241/ 55, aprovada pelo Congresso em dezembro, que implantou o congelamento dos investimentos nas políticas sociais, reduziu para os próximos 20 anos recursos para a Educação Pública, Saúde e Assistência Social.

Para sedimentar um projeto ainda maior e muito mais perverso contra a classe trabalhadora, em especial os educadores, criou-se por Medida Provisória, a reforma do Ensino Médio, agora Lei 13.415/2017, que exclui estudantes das escolas, reduz o aprendizado a saber ler, escrever e fazer contas. Ela desconsidera o desenvolvimento intelectual, a visão crítica de mundo de cada estudante. É ainda mais excludente quando torna o professor um mero reproduzidor de conteúdo e desconsidera o fazer pedagógico instituindo a figura do profissional de 'notório saber'. Isso significa que não podemos advogar ou medicar uma pessoa, no entanto, advogados e médicos podem dar aulas.

O cenário de desconstrução de direitos sociais é fortalecida com a tentativa de acabar com o INSS e o Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos, por meio da malfadada Reforma da Previdência. Esse projeto de lei, enumerado PL 287, acaba com a aposentadoria especial dos profissionais da educação e eleva a idade para a aposentadoria a 65 anos, com direito a receber o benefício integral é apenas se tiver contribuído durante 49 anos. E aguardem que vem mais pela frente com a Reforma Trabalhista, que traz o fim da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a implantação da Terceirização no serviço público nas áreas fins (Educação, Saúde).

As medidas federais repercutem no estado e nos executivos municipais. Ela já se enraíza em Mato Grosso com o pacto feito entre o governo Taques e o golpista Temer e, em breve, congelará investimento públicos também nos municípios, incluindo salários. Iniciou-se a desconstrução dos direitos dos servidores e tem ignorado, levando em banho maria, as reivindicações da categoria que suspenderam a greve em 2016. Todos temos sentido nas escolas as tentativas de arrocho de direitos. Precisamos nos informar, devemos ficar mobilizados e combater as mudanças que vão contra a nossa dignidade, contra tudo aquilo que defendemos como trabalhadores da educação.

Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT



MANOBRA

O governo Taques tem ignorado às pautas de reivindicações do Sintep/MT para ganhar tempo e arquitetar manobras na tentativa desviar o foco da categoria. O Concurso Público urgente e sem ampliação de jornada que reduz postos de trabalho.

ENGODO

Para garantir ao profissional efetivo aumento de ganhos salariais, o governo Taques, altera a Portaria de Atribuição de Aula, e prioriza a oferta de aulas adicionais. Um engodo, que garante ainda ao governo, economizar com direitos previdenciários.

É PRA ACABAR

A reposição de aulas da greve de 2016, no mês de janeiro, não foi remunerada, e, além disso a Seduc circula um termo nas escolas em que o trabalhador assina que está de acordo com os dias trabalhados e não pagos. É pra acabar!

ATENÇÃO

Entre as demandas da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc-MT) a mais recente é o seletivo para professores CONCURSADOS, que já são uma realidade nas escolas de ensino Médio Integral. Atenção, porque esta prática pode substituir o direito a concurso público.

IMPACTO MUNICIPAL

Educadores das redes municipais, fiquem atentos a Reforma da Previdência retira repasses dos municípios agravando ainda mais a capacidade financeira do executivo para assegurar a valorização profissional. A Reforma da Previdência atinge os funcionários das três esferas administrativas: União, Estado e municípios. Agrava ainda mais a capacidade financeira dos executivos municipais com redução dos recursos da seguridade social.

DESRESPEITO DO GOVERNO ÀS REIVINDICAÇÕES NÃO SERÁ TOLERADO

Movimento sindical debate a pauta de resistência para o enfrentamento a negligência do estado frente as política educacionais

Ausência de respostas às reivindicações protocoladas na Secretaria de Estado e Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Seduc-MT), desde 6 de fevereiro, demonstra falta de respeito do governo estadual com a organização sindical, que a mais de 50 anos de história tem assegurado a valorização profissional e a qualidade da educação pública e gratuita no estado.

Diante do fato, o Conselho de Representantes do Sintep/MT realizado durante os dias 10 e 11 de fevereiro, definiu uma agenda de luta, com o objetivo de construir a resistência contra as manobras promovidas pelo governo Taques. “Somos contra um projeto de governo que busca rompe com conquistas consolidadas pelos trabalhadores da educação, desmontando direitos e penalizando a educação e os seus profissionais”, destaca secretária de políticas educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade.

Na avaliação da categoria, o governo tem promovido ataques à carreira dos profissionais da educação nas conquistas da jornada de trabalho; negação da lei salarial 510/13; tentativa de ruptura da carreira única; desrespeito a gestão democrática, ao prorrogar o mandato de diretores sem consulta à comunidade escolar. Implementação de nova organização de Ensino Médio novamente sem debate com a comunidades escolar; extensão de contratos de trabalho dos profissionais da educação sem garantias salariais.

Os dois anos e três meses da gestão do governo Taques tem significado tentativas de desmontar a Lei Complementar 50/98 (Lei de Carreira), que assegura os direitos dos trabalhadores e da trabalhadora da Educação de Mato Grosso. “Estes ataques, implicam diretamente na qualidade na qualidade da educação. É preciso afirmar que a ação do governo em desrespeitar os direitos adquiridos dos trabalhadores /as da educação, traduz o descompromisso com a Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade Social Referenciada para todos e todas”, conclui Guelda.



Governo não cumpre acordo feito na Justiça.

Reformas de Temer estão ajustadas aos interesses do capital internacional



Os impactos que as Reformas do governo Temer (Previdência, Trabalhista e na Educação, a Reforma do Ensino Médio - aprovada no Congresso), trarão para a sociedade brasileira, em especial para os profissionais da educação pública, mobiliza a direção sindical numa jornada de esclarecimentos e debates. Durante todo o mês de março e início de abril serão feitas reuniões com a categoria em várias partes do estado. O presidente do Sintep/MT, **Henrique Lopes do Nascimento**, apresenta em um bate bola com o **Educação em Alerta** alguns pontos desses temas.

EDUCAÇÃO EM ALERTA: Qual o problema com uma Reforma na Previdência que é apresentada como medida para sanar o déficit previdenciário?

HENRIQUE LOPES: A afirmação do governo não é de toda uma inverdade, quando diz que precisa organizar o caixa da Previdência. O movimento sindical já tem apresentado várias sugestões para uma reforma da Previdência, mas nunca foram acatadas. A contrariedade a essa Reforma do Temer é que ela aprofunda cada vez mais o interesse financista sobre a Previdência, sem levar em consideração que o rombo da Previdência é promovido pelo próprio governo, por meio de desvios das receitas previdenciárias. Se há um desequilíbrio nas contas da Previdência ele é provocado pelo governo e não aceitaremos que ele faça o trabalhador pagar essa conta.

E.A: Por quê dizer Não a Reforma da Previdência?

HENRIQUE LOPES: Porque ela não vem no sentido de melhorar a Previdência Social, corrigindo as distorções e os desvios históricos que a Seguridade Social teve desde o início de sua criação. Ela visa retirar direitos da classe trabalhadora e privilegiar os fundos privados de aposentadoria. E obriga que homens e mulheres se aposentem mais tarde. Ela prejudica ainda mais as mulheres, quando iguala a

idade de aposentadoria (65 anos) entre ambos os sexos.

E.A: A Reforma da Previdência é o fim do INSS? O que isso significa?

HENRIQUE LOPES: Sim. É preciso levar em consideração que do jeito que o governo está colocando a Reforma da Previdência ela se dará sobre a Seguridade Social (Instituto Nacional de Seguro Social - INSS), que envolvendo as garantias da Assistência Social, da Saúde, e propriamente da aposentadoria. A reforma é perversa porque além de dificultar o acesso a Aposentadoria, acaba com aposentadoria rural e, com os benefícios garantidos para idosos e deficientes.

E.A: Porque a proposta de Previdência Privada é ruim se muita gente hoje já faz uso dela?

HENRIQUE LOPES: Muitas pessoas recorrem ao fundo privado de previdência não porque escolheram esse caminho, mas em função inclusive de reformas no passado que instituíram a aposentadorias complementar. Quem tem condições recorre, mas o problema é que mais de 80% da classe trabalhadora necessita da assistência social, da seguridade, já que sua base de cálculo é o salário mínimo. Não tem como se dar ao luxo de pagar uma aposentadoria privada, assim como hoje em dia, não dão conta de pagar planos de saúde. Só paga quem tem recursos. A Assistência Social não pode levar em conta a lógica do mercado, tem a responsabilidade com o direito sagrado da Constituição que é o direito a saúde, a educação e a seguridade social.

E.A: Porque os professores têm aposentadoria diferenciada dos demais trabalhadores?

HENRIQUE LOPES: Pela natureza do mesmo. Pesquisas apontam que uma profissional da educação quando chegar aos 25 anos de serviço e um profissional, quando chegar aos 30 anos de trabalho, já reúnem esgotamentos ligados à profissão. Seja por varizes, pelo tempo que passam em pé; seja na voz, por exigir muito da fala, ou problemas de pressão alta e até mesmo, problemas de ordem psicológicas e psíquicas. Mais de 40% dos trabalhadores da educação já apresentam problemas de saúde hoje, com uma sobrecarga de trabalho a mais de 10 anos (homens) e 15 anos (mulheres), como propõe quer a Reforma, isso aumentaria significativamente.

E.A: Sobre a Reforma do Ensino Médio, o governo implantou mais horas para os estudantes na escola. Isso não é bom?

HENRIQUE LOPES: Acreditamos que lugar de criança é na escola, sim. Contudo, defendemos a educação integral e de tempo integral, não simplesmente aumentar o tempo do estudante dentro da unidade, como é a Medida Provisória implantada pelo Temer. Entendemos que a educação integral é aquela que permite ao estudante se preparar como cidadão, para a inserção no mundo de forma qualificada, levando em consideração os aspectos do trabalho, de convivência, desenvolvimento da cultura, da arte, desenvolvendo todas as potencialidade do ser humano. Por isso, defendemos que essa escola deva ter a estrutura para receber esses alunos, com laboratórios, refeitórios e espaços para descanso. É preciso ter na escola profissionais habilitados para toda essas potencialidades do aluno: artes, ciências, esporte. Essa Reforma do EM é uma reforma que busca preparar o aluno para saber ler, escrever e fazer conta. Não quer que ele pense, por isso tiraram do currículo básico a Sociologia e a Filosofia.

Essa ampliação de jornada simplesmente amplia de 800 para mil horas a jornada dos estudantes para os próximos cinco anos, sendo que essa ampliação poderá ser feita até mesmo, à distância, e por meio de convênios celebrados inclusive com a iniciativa privada. É novamente o favorecimento do governo aos empresários e querendo privatizar a escola pública.

E.A: Outro ponto da Reforma do Ensino Médio é que agora os estudantes poderão fazer cursos técnicos e saírem preparados para trabalhar. Por que o Sintep é contrário?

HENRIQUE LOPES: O Sintep nunca foi contra o ensino técnico, o que defendemos é que o estudante deva ser preparado para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho. Não queremos que o estudante vá simplesmente para escola, deixando em segundo plano disciplinas críticas, com a preocupação de formar mão de obra para o mercado de trabalho, aprofundando o fosso entre aqueles que pensam e aqueles que simplesmente precisam desenvolver massa muscular para o mercado de trabalho. Ela não está preocupada com o desenvolvimento de cérebros, mas de músculos.

E.A: Por que a Reforma do Ensino Médio não é boa para os docentes?

HENRIQUE LOPES: Ela traz em sua base a figura do profissional de notório saber para a sala de aula. Que na verdade é a ausência de formação do professor. Embora o professor não possa fazer atendimento médico ou advogar, pessoas sem formação na área estão autorizadas a dar aulas. Essa é uma forma de acabar com a carreira do profissional da educação. É uma reforma que deixa em segundo plano disciplinas críticas, como opção dos estudantes.

E.A: O governo federal tem apresentado um pacote de reformas; no Ensino Médio,

Reforma da Previdência e, em curso, a Reforma Trabalhista. Como o Sintep/MT avalia esse conjunto de medidas?

HENRIQUE LOPES: Estamos tratando de um governo ilegítimo, se considerarmos a regra do jogo. Para ser presidente da República é preciso apresentar um programa para ser avaliado pela sociedade. E o conjunto de reformas sincronizadas, são antipopulares. Se tivessem feito parte de qualquer programa eleitoral duvido que alguém votaria pela retirada de direitos. É isso que o movimento sindical tem chamado de golpe. Não conseguiram sucesso pela via eleitoral e promoveram o impeachment, reacendendo a agenda de consenso no *Consenso de Washington, de 1989, estancada no Brasil, nos últimos anos. A proposta era desestabilizar o governo, para que grupos que perderam as eleições assumissem. Agora, são inseridos nos ministérios, com apoio do Congresso Nacional e da grande mídia, para implementar projetos que aprofundam o conjunto de maldades contra os trabalhadores. É preciso ficarmos mobilizados porque o ataque a direitos está em curso. Iniciado com o congelamento de investimentos sociais (ex PEC 241 e 55); segue com o fim do direito à aposentadoria, para chegar, com a Reforma Trabalhista, ao fim do 13º, férias, licença maternidade, auxílio saúde, Fundo de Garantia. É o Fim da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

*O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal. Compõe de dez regras básicas foi formulado por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson

fonte: MundoEducação/Wikipédia



Ato Público contra a Reforma da Previdência, em Cuiabá (15 de Março)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA AMÉRICA LATINA

Educadores unidos na construção da resistência ao desmonte da educação pública.

Os ataques à Educação, ao mundo do trabalho e a democracia se estruturam como política do Capital (mercado financeiro) por toda América Latina. Para fazer frente a tentativa de desmonte da educação pública e das políticas sociais, trabalhadores e trabalhadoras de países latinos estarão debatendo durante Seminário Internacional, entre os dias 27 a 29 de abril, no Sintep/MT, em Cuiabá, forma para articular a resistência coletiva contra os impactos da política neoliberal.

Organizado pelo Sintep/MT, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Internacional de Educação para América Latina (IEAL), o Seminário reunirá 400 delegados dos vários municípios de Mato Grosso para a construção coletiva da luta contra a mercantilização da educação pública.

Com o tema “Educação Pública: Democracia e Resistência”, o debate com a presença de palestrantes internacionais articulará formas de resistir contra o desmonte de direitos, abrindo espaço para a reflexão sobre o fortalecimento e valorização dos profissionais da educação na América Latina, bem como, estabelecer a unificação dos trabalhadores e trabalhadoras dos países latino em busca da educação pública gratuita e socialmente referenciada, frente aos interesses da política mercantilista neoliberal.

A partir de agora todos os municípios deve iniciar o processo de discussão para a participação no evento. As vagas disponíveis serão divulgadas em breve seguindo os critérios: ser trabalhador da educação, estar filiado ao Sintep/MT e participar das Assembleias que elegerão os delegados e delegadas.

Educação Pública Democracia e Resistências

Cuiabá Mato Grosso, Brasil
27 - 29 Abril 2017

REFORMA TRABALHISTA DE TEMER ESCRAVIZAR TRABALHADORES/AS

Com apelo sedutor o PL 6787 tenta iludir a classe trabalhadora sobre o pacote de maldades que comprometerá empregos e favorecerá os empresários



A Reforma Trabalhista (PL 6787/2016) proposta pelo governo Temer, em curso, tenta seduzir o/a trabalhador/a, principalmente aqueles que estão fora do mercado de trabalho, ávidos por emprego, com propostas aparentemente vantajosas. A necessidade da sobrevivência e a ilusão de ganhar mais levam o trabalhador/a aceitar as ideias vendidas que prometem somar aos salários horas extras; ampliação de vagas no mercado de trabalho; a possibilidade de trabalhar em casa, maior flexibilidade de horários; ou ainda, ter representantes diretos na empresa para negociar com o

patrão os interesses dos colegas. Todas essas maravilhas propostas pela reforma em andamento são, na verdade, mais um golpe para favorecer os empresários.

Nas discussões nacionais feitas com o segmento dos trabalhadores e com o segmento patronal a Reforma Trabalhista só tem agradado aos patrões. Na interpretação dos trabalhadores o que se anuncia como aumento das horas extras significará ampliar a jornada de trabalho para além das 44 horas semanais, sem assegurar os direitos garantidos hoje na legislação trabalhista. Ampliação das vagas de trabalho, na verdade será dividir o salário de um para dois trabalhadores; a flexibilidade da jornada ou sem vínculos resultará na implantação do bico, que só favorece ao patrão que terá contratos de trabalho sem obrigações de pagar 13º salário, férias e licença maternidade aos/as empregados/as.

Todas essas medidas consolidarão o desejo básico de fundamentar o negociado sobre o

legislado, e enterrar de vez Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Legislação que assegura deveres e direitos entre as partes - patrões e empregados. Para as centrais sindicais modernizar as leis, não implica em retirar de direitos, mas deveria ampliá-los.

Terceirização

Para o secretário de Articulação Sindical do Sintep/MT, Júlio César Viana, “se o governo tivesse a intenção de garantir empregos deveria investir em modernização tecnológica, educação, num projeto de desenvolvimento inclusivo, investimentos em infraestrutura, em aumento da produtividade”. E mais, informa ainda que o pacote de maldades atingirá também o funcionalismo público com uma medida ainda no forno, que implanta a terceirização das atividades fins no serviço público. “É a privatização do Estado”.

REALIDADE COTIDIANA DOS/AS PROFESSORES/AS EXIGE APOSENTADORIA ESPECIAL

Dados divulgados em 2015, a partir de pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), apontou que um terço dos profissionais da educação da rede pública de ensino estavam afastados por licença para tratamento de saúde ou em readaptação de função nas unidades públicas de ensino no estado. O fato constatou o alto grau de estresse da rotina dos educadores/as.

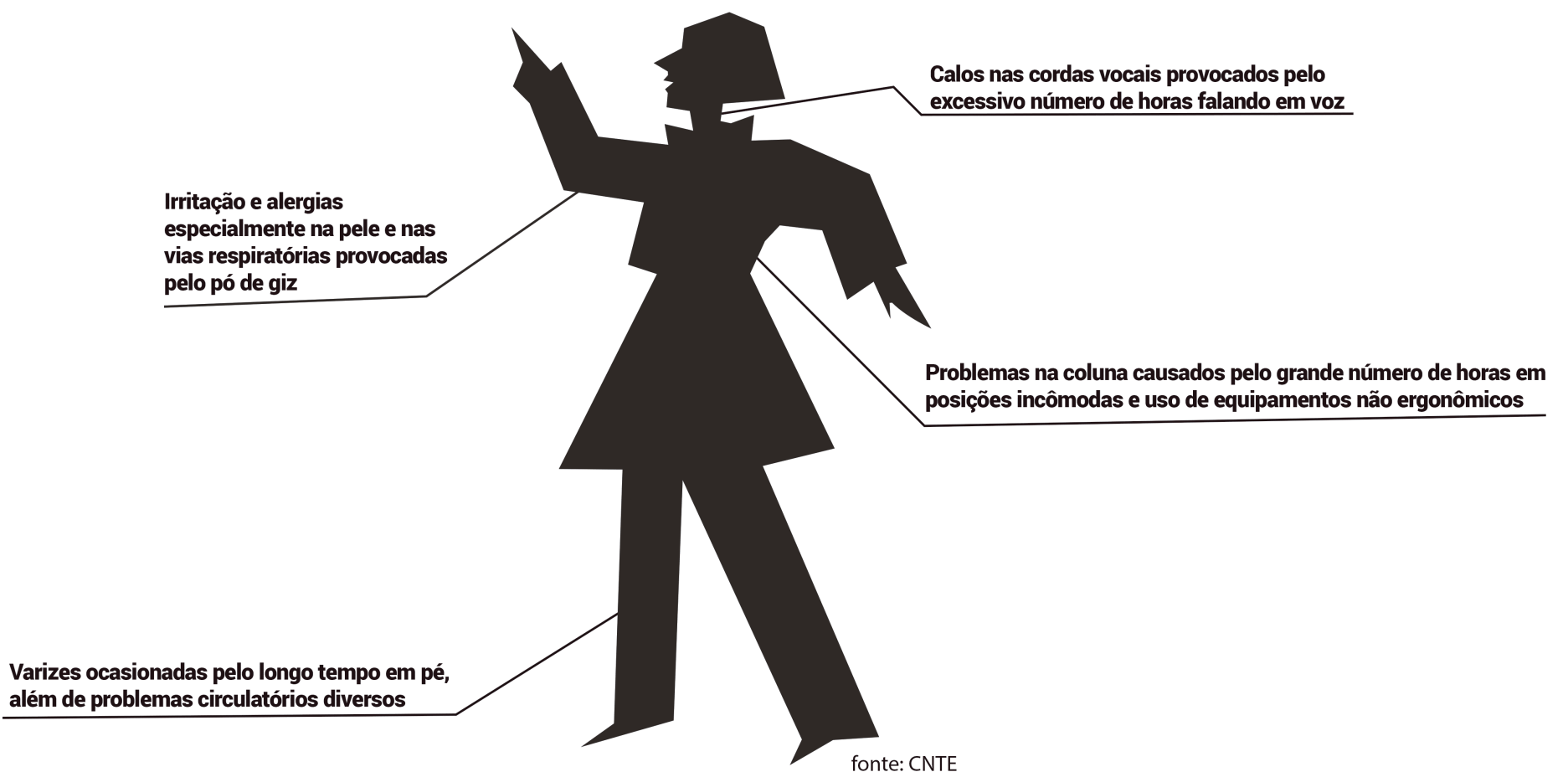
Não obstante, o atual governo do presidente ilegítimo Temer apresenta uma reforma que obriga os/as professores/as a permanecerem em sala de aula até os 65 anos de idade, como é a proposta da Reforma da Previdência. E mais, se quiserem receber o valor do benefício da aposentadoria, integral, deverão contribuir durante 49 anos, o que corresponderá permanecer na ativa até quase os 70 anos, já que em geral ingressam na carreira aos 20 anos.

“A realidade é que a vida do profissional da educação é muito estressante, exige esforço. Devido a isso se propôs o tempo diferenciado para a aposentadoria, como é caso também dos policiais”, argumenta a secretária adjunta de políticas educacionais do Sintep/MT, Maria Luiza Zanirato. Conforme esclarece, foram feitas pesquisas para se chegar a esse diagnóstico, de que havia necessidade de terem o tempo, em anos de serviço, reduzido. Por isso, os/as professores/as se aposentam aos 50 e 55 anos (mulheres/homens).

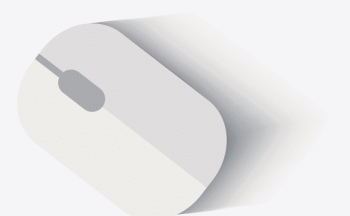
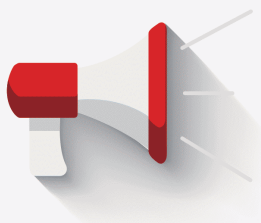
“Se é fato que a sociedade está vivendo mais tempo, no caso da educação, estão vivendo sem qualidade, pois é cada vez mais degradante o trabalho do profissional da educação”, assegura Maria Luíza.

Segundo Zanirato, os educadores convivem com a precarização dos salários e dos contratos. Salários ainda mais baixos que a maioria das categorias, sem direito as horas atividades (trabalho extra classe), dupla jornada para complementar renda, apresentam problemas com a voz e, devido à pressão psicológica, os registros de patologias psicológicas e físicas, antes dos 50 anos, têm aumentado.

“O conhecimento da realidade profissional exige que digamos não às Reformas da Previdência, Trabalhista e a Terceirização, que acabam com o direito ao concurso público para assegurar a carreira e aposentadoria especial e com dignidade”, afirma.



Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais



A LUTA CONTINUA...



RENTADORIA
REU SEM SE APOSENTAR.
O GOVERNO QUER DE VOCÊ!

GOVERNADOR PEDRO TAQUES:
TRABALHADOR
QUEM NÃO LUTA PELO SEUS
DIREITOS
NÃO É DIGNO DELA

utilizados com
PREVIDÊNCIA

27/16
SINPRO
MT



de todos/as os/as trabalhadores/as em Educação
PREVIDÊNCIA PÚBLICA
TRABALHADOR/AS

REFORMA TRABALHISTA: UM ATAQUE
AOS DIREITOS HISTÓRICOS CONQUISTADOS
NO BRASIL

FORA! FORA! FORA!
REFORMA DA PREVIDÊNCIA, REFORMA TRABALHISTA,
CONGRESSO NACIONAL, FORA JUNTOS E SEMES!

REFORMA TRABALHISTA
CONQUISTADOS

MEU

CONTRA A REFORMA
DA PREVIDÊNCIA

...PARA QUE TODOS/AS TENHAM O
DIREITO DE SE APOSENTAR



INTPEP-MT
FIADO A CUT E A CENPEP
Libre, democrático e de luta!